

- Matéria para a Prova de Conhecimentos -

Referência L – Técnico Superior | Área de Auditoria

Prova de Conhecimentos - visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou, profissionais e as competências técnicas necessárias ao exercício da função. A prova será escrita, terá natureza teórica, com consulta da legislação indicada duração e com a duração de 90 minutos, acrescidos de 30 minutos de tolerância e visa avaliar os conhecimentos académicos e/ou profissionais e a capacidade para aplicar os mesmos a situações concretas no exercício de determinada função, incluindo adequado conhecimento da língua portuguesa, sendo a classificação expressa de 0 a 20, até às centésimas e incidirá sobre as matérias, legislação atualizada (disponível no sítio eletrónico www.dre.pt) e bibliografia, se for o caso, necessária à sua preparação, a seguir discriminadas:

- Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho - Regime da administração financeira do Estado;
- Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho (este diploma foi revogado pela al. f) do art. 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com exceção dos artigos 16.º a 22.º e 29.º; o Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março veio revogar estes artigos; posteriormente ripristinados pela Resolução da Assembleia República n.º 86/2011, de 11 de abril);
- Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação de Desempenho na Administração Pública – SIADAP;
- Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - aprova o Código do Trabalho;
- Decreto-Lei nº 4/2015, de 07 de janeiro, na sua redação atual - aprova o Código do Procedimento Administrativo;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho- regulamentação da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Regime Jurídico das Autarquias Locais;
- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados);
- Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos;
- Despacho n.º 2672/2018, de 14 de março, publicado no Diário da República – 2ª Série, n.º 52, de 14/03/2018 - Estrutura Nuclear e Flexível da Organização dos Serviços Municipais do Município de Aveiro.
- Lei n.º 58/2019, de 08 de agosto - aprova o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD);
- Regulamentos Municipais: Regulamento de Instrução dos Procedimentos Administrativos do Municípios de Aveiro, disponível em <https://www.cm-aveiro.pt/servicos/regulamentos>;